

LEI Nº. 00403/94

“Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, de suas Autarquias e das Fundações Municipais”.

O Povo do Município de Caputira, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes, DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. – Esta Lei institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Caputira, de suas Autarquias e das Fundações Municipais.

Art. 2º. – Para os efeitos desta Lei, servidores são funcionários legalmente investidos em cargos públicos de provimento efetivo ou em comissão.

Art. 3º. – Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previsto na estrutura organizacional que deve se cometido a um funcionário.

Parágrafo Único – Os cargos públicos acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei com denominação própria e vencimentos pagos pelo cofre público.

Art. 4º. – Os cargos de provimento efetivo da administração pública municipal direta, das autarquias e das fundações públicas serão organizadas em carreiras.

Art. 5º. – As Carreiras serão organizadas em classes de cargos observadas a escolaridade e qualificação profissional exigidas, bem como a natureza e complexidade das prevista na legislação específica.

Art. 6º. – É proibido o exercício gratuito de cargos públicos, salvo nos casos previstos em Lei.

CAPÍTULO II

DO PROVIMENTO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º. – São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

I – A nacionalidade brasileira;

II – O Gozo dos direitos políticos;

III – A quitação com as disposições militares e eleitorais;

IV – A idade mínima de 18 (dezoito) anos;

V – Pleno gozo das faculdades mentais mediante atestado médico fornecido por médico credenciado pelo município.

§ 1º. – As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei;

§ 2º. – As pessoas portadoras de deficiência e assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, e para as quais serão reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 8º. – O provimento dos cargos públicos far-se-á me diante ato de autoridade competente de cada poder, do dirigente superior de autarquia ou de fundação pública.

Art. 9º. – A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 10 – São formas de provimento em cargo público:

I – nomeação

II – promoção

III – acesso

IV – readaptação

V – reversão

VI – aproveitamento

VII – reintegração

SEÇÃO II

DA NOMEAÇÃO

Art. 11 – A nomeação far-se-á:

I – Em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de carreira;

II – Em comissão, para cargos de confiança de livre exoneração;

Art. 12 – A nomeação para cargos isolado ou de carreira depende de prévia habitação em concurso público de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo Único – Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do funcionário na carreira, mediante promoção e acesso, serão estabelecidos pela lei que fixará diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Municipal e seus regulamentos.

SEÇÃO III

DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 13 – A primeira investidura em cargo de provimento será feita mediante concurso público de provas escritas, podendo ser utilizadas, também, provas práticas ou prático-orais.

§ 1º. – Nos concursos para provimento de cargo de nível universitário também, pode ser utilizada prova de títulos.

§ 2º. – A admissão de profissionais de ensino far-se-á exclusivamente por concurso de provas e títulos.

Art. 14 – O concurso público terá validade até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º. – O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixadas pelo edital, que será publicado no órgão oficial e em jornal diário de grande circulação no Município.

§ 2º. – Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade ainda não expirado.

Art. 15 – O edital do concurso estabelecerá os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos.

SEÇÃO IV

DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 16 – Posse e aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público com compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º. – A posse ocorrerá no prazo de 30 dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

§ 2º. – Em se tratando de funcionário em licença, ou afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º. – A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

Art. 17 – São competentes para dar posse:

I – O Prefeito, aos Secretários Municipais.

II – Os Secretários Municipais, aos Diretores de Departamentos e Encarregados de serviços.

III – Os Diretores de Departamentos e Encarregados de Serviços, aos Chefes e demais funcionários a eles subordinados.

Parágrafo Único – A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se forem satisfeitos as condições legais para a investidura no cargo ou na função gratificada.

Art. 18 – O termo inicial de posse para o funcionário em férias ou licença, exceto no caso de licença para tratar de assuntos de interesse particular, será o da data em que voltar ao serviço.

Art. 19 – Se a posse não se verificar dentro do prazo inicial ou de prorrogação, o provimento será tornado sem efeito, por ato do Prefeito.

Art. 20 – No ato da posse em cargo ou função gratificada, no ato de seu desligamento, o funcionário apresentará declaração pública de bens, que será transcrita em livro próprio.

Art. 21 – Na hipótese de o funcionário encontrar-se afastado legalmente, o prazo para posse será contado a partir do término do afastamento.

Art. 22 – O ocupante de cargo de provimento efetivo fica sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, obedecido o regime de 08 (oito) horas diárias.

Parágrafo Único – O exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

SEÇÃO V

DA ESTABILIDADE

Art. 23 – São estáveis, após 02 (dois) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

I – Os servidores municipais da administração direta, autarquia e das fundações públicas, com exercício até 05 (cinco) de outubro de 1988, há pelo menos 05 (cinco) anos continuados e que tenham sido admitidos por concurso público são considerados estáveis no serviço público.

Art. 24 – O funcionário estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transmitida em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

SEÇÃO VI

DA READAPTAÇÃO

Art. 25 – Readaptação e a investidura do funcionário em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

§ 1º. – Se julgado incapaz para o serviço público, o funcionário será aposentado.

§ 2º. – A readaptação será efetivada em cargo de carreira de atribuições fins, respeitada a habilitação exigida.

§ 3º. – Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução da remuneração do funcionário.

SEÇÃO VII

DA REVERSÃO

Art. 26 – Reversão e o retorno a atividade de funcionário aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art. 27 – A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no mesmo cargo resultante de sua transformação.

Parágrafo Único – Encontrando-se provido este cargo, o funcionário exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 28 – Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 60 (sessenta) anos de idade.

SEÇÃO VIII

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 29 – Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo observados os seguintes fatores:

I – Assiduidade

II – Disciplina

III – Capacidade de iniciativa

IV – Produtividade

V – Responsabilidade.

Art. 30 – O Chefe imediato do funcionário em estágio probatório informará a seu respeito, reservadamente, 60 (sessenta) dias antes do término no período, ao cargo de pessoal, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

§ 1º. – De posse de informação, o órgão de pessoal emitirá parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do funcionário em estágio.

§ 2º. – Se o parecer for contrário a permanência do funcionário dar-se-lhe-á conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º. – O cargo de pessoal encaminhará o parecer e a defesa a autoridade municipal competente, que decidirá sobre a exoneração ou a manutenção do funcionário.

§ 4º. – Se a autoridade considerar aconselhável a exoneração do funcionário, ser-lhe-á, encaminhado o respectivo ato, caso contrário fica automaticamente retificado o ato de nomeação.

§ 5º. - A apuração dos requisitos mencionados no art. 29 deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver, possa ser feita antes de fundo o período do estágio.

Art. 31 – Ficar dispensado de novo estágio probatório o funcionário estável que foi nomeado para outro cargo municipal.

SEÇÃO IX

DA REINTEGRAÇÃO

Art. 32 – Reintegração e a reinvestidura do funcionário no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º. – Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o funcionário ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 39 à 41.

§ 2º. – Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade remunerada.

CAPÍTULO III

DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 33 – A apuração do tempo de serviço será feita em dias que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo Único – Feita a conversão, os dias restantes até 182 (cento e oitenta e dois) dias, não serão computados, arredondando-se para um ano quando excederem este número, para efeito de aposentaria, se o funcionário não tiver gozado da licença a que aludo o inciso VII do art. 79.

Art. 34 – Além das ausências ao serviço previstos no art. 113, são considerados como de efetivos exercício os afastamentos em virtude de:

I – Férias;

II – Exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgão ou entidade federal, estadual, municipal;

III – Participação em programa de treinamento instituído e autorizado pelo respectivo órgão ou repartição municipal;

IV – Desempenho de mandato eletivo, federal, estadual, municipal, ou do Distrito Federal, exceto para promoção por merecimento;

V – Júri, e outros serviços obrigatórios por lei;

VI – Licenças previstas nos incisos V, VI, VIII e IX do art. 79.

Parágrafo Único – É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidades dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

CAPÍTULO IV

DA VACÂNCIA

Art. 35 – A vacância do cargo público decorrerá de:

I – Exoneração

II – Demissão

III – Promoção

IV – Acesso

V – Aposentadoria

VI – Posse em outro cargo inacumulável;

VII – Falecimento.

Art. 36 – A exoneração do cargo efetivo dar-se a pedido do funcionário ou de ofício.

Parágrafo Único – A exoneração de ofício dar-se-á:

I – Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II – Quando, por decorrência de prazo, ficar extinta a disponibilidade;

III – Quando, tendo tomado posse, não encontrar no exercício.

Art. 37 – A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

I – A juízo da autoridade competente;

II – A pedido do próprio funcionário.

Art. 38 – A vaga ocorrerá na data:

I – Do falecimento;

II – Imediata aquela em que o funcionário completar (setenta) anos de idade;

III – Da publicação da lei que criar o cargo é conceder dotação para o seu provimento ou, da que determinar esta última medida, se o cargo já aposentar, exonerado, demitir ou conceder promoção ou acesso;

IV – Da posse em outro cargo de acumulação proibida.

CAPÍTULO V

DA DISPONIBILIDADE E DO APROVEITAMENTO

Art. 39 – Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o funcionário estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral.

Art. 40 – O retorno a atividade de funcionário em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório no prazo máximo de 12 (doze) meses em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado

Parágrafo Único – O órgão de pessoal determinará o imediato aproveitamento do funcionário em disponibilidade em vaga vier ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 41 – O aproveitamento de funcionário que se encontre em disponibilidade dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, por junta médica oficial.

§ 1º. – Se julgado apto, funcionário assumirá o exercício do cargo no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de aproveitamento.

§ 2º. – Verificada a incapacidade definitiva, o funcionário em disponibilidade será aposentado.

Art. 42 – Será tornado sem efeito o aproveitamento e extinta a disponibilidade se o funcionário não entrar em exercício no prazo legal, salvo em caso de doença comprovada por junta médica oficial.

§ 1º. – A hipótese prevista neste artigo configurada abandono de cargo apurado mediante inquérito na forma desta lei.

§ 2º. – Nos casos de extinção de órgão ou entidade, os funcionários estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade, até seu aproveitamento.

CAPÍTULO VI

DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 43 – A substituição será automática ou dependerá de ato da administração.

§ 1º. – A substituição será gratuita, salvo se exceder a 30 (trinta) dias, quando será remunerada e por todo o período.

§ 2º. – No caso de substituição remunerada, o substituto perceberá o vencimento do cargo em que se der substituição, salvo se optar pelo do seu cargo.

§ 3º. – Em caso, excepcional, atendida a conveniência da Administração, o titular do cargo de direção ou chefia poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, como substituto para outro cargo da mesma natureza, até que se verifique a nomeação ou designação do titular, nesse caso, somente perceberá o vencimento correspondente a um cargo.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 44 – Vencimento e a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo pública, com valor fixado em lei, nunca inferior a um salário mínimo, reajustado periodicamente de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo

sendo vedada a sua vinculação, ressalvado o disposto no inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 45 – Remuneração e o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporais, estabelecidas em Lei.

§ 1º. – Os vencimentos dos cargos públicos é irredutível.

§ 2º. – É assegurada a isonomia de vencimento para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre funcionários dos Poderes Municipais ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou ao local de trabalho.

Art. 46 – Nenhum funcionário poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior a soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, Pelo Prefeito e Presidente da Câmara Municipal.

Art. 47 – O funcionário perderá:

I – A remuneração dos dias que faltar ao serviço;

II – A parcela de remuneração diária, proporcional, aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 60 (sessenta) minutos.

Art. 48 – Salvo por imposição legal, ou mandato judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo Único – Mediante autorização escrita do servidor, poderá ser efetuado desconto em sua remuneração, excetuada, a contribuição sindical obrigatória prevista em lei.

Art. 49 – As reposições e indenizações ao Erário serão descontadas em parcelas mensais, não excedentes a décima parte da remuneração ou provento do servidor.

Parágrafo Único – Independentemente do parcelamento previsto neste artigo, o recebimento de quantias indevidas poderá implicar processo disciplinar para apuração das responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 50 – O funcionário em débito com Erário, que for demitido, exonerado ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade extinta, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para quitá-lo.

Parágrafo Único – A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art. 51 – O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto no casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

CAPÍTULO II

DOS BENEFÍCIOS

SESSÃO ÚNICA

DA APOSENTADORIA

Art. 52 – O servidor público será aposentado:

I – Por invalidez permanente, com proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, específica em lei e proporcionais no demais casos;

II – Compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – Voluntariamente:

a – Aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) anos, se mulher, com proventos integrais;

b – Aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e aos 25 (vinte e cinco), se professora, com proventos integrais;

c – Ao 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco) anos, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d – Aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, homem, e aos 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º. – As exceções ao disposto no inciso III alíneas “a” e “c” no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, serão as estabelecidas em lei complementar federal.

§ 2º. – A lei municipal disporá sobre a aposentadoria em cargo ou emprego temporário.

§ 3º. – O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 4º. – Os da aposentadoria, nunca inferiores ao salário mínimo, serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração do servidor em atividade, e serão estendidas ao inativo os benefícios ou vantagens posteriormente concedidos ao servidor em atividade, mesmo quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou da função em que se tiver dado a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5º. – O benefício da pensão por morte corresponderá a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 6º. – É assegurado ao servidor afastar-se da atividade a partir da data de requerimento da aposentadoria e sua não concessão importará a reposição do período de afastamento.

§ 7º. – Para efeito de aposentadoria e assegurada a contagem recíproca do tempo de serviço nas atividades públicas, privada, rural ou urbana, nos termos do § 2º. do art. 202 da Constituição da República.

§ 8º. – O servidor público que retornar a atividade após a cessação dos motivos que causaram sua aposentadoria por invalidez terá direito, para todos os fins, salvo para o de promoção, a contagem do tempo relativo ao período de afastamento.

§ 9º. – Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se estivesse no exercício.

§ 10º. – As aposentadorias e pensão serão concedidas e mantidas pelos órgãos ou entidades aos quais se encontrem vinculados os funcionários.

§ 11º. – O recebimento indevido de benefício havido por fraude, dolo ou má fé implicará devolução ao Erário do total auferido, devidamente atualizado, sem prejuízo da ação penal cabível.

CAPÍTULO III

DAS VANTAGENS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 – Além do vencimento e da remuneração, poderão ser pagas ao funcionário as seguintes vantagens:

- I – Ajuda de custo;
- II – Diárias;
- III – Gratificações e adicionais;
- IV – Abono família;
- V – Ajuda funeral;
- VI – Auxílio doença;

Parágrafo Único – As gratificações e os adicionais somente se incorporarão ao vencimento ou provento nos casos indicados em lei.

Art. 54 – As vantagens previstas no inciso III do artigo anterior não serão computadas nem acumuladas para efeito de

concessão de qualquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

SESSÃO II

DA AJUDA DE CUSTO

Art. 55 – A ajuda de custo destina-se a compensação das despesas de instalação do funcionário que, no interesse do serviço, passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.

Art. 56 – A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do funcionário, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 03 (três) meses do respectivo vencimento.

Art. 57 – Não será concedida ajuda de custo ao funcionário que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato efetivo.

Art. 58 – O funcionário ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar a nova sede.

Parágrafo Único – Não haverá obrigação de restituir a ajuda de custo nos casos de exoneração de ofício, ou de retorno por motivo de doença comprovada.

SESSÃO III

DAS DIÁRIAS

Art. 59 – O funcionário que, a serviço se afastar do Município em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional fará jus a passagens e diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção.

§ 1º. – A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

§ 2º. – Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente de cargo, o funcionário não fará jus as diárias.

Art. 60 - O funcionário que receber diárias e Não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único - Na hipótese de o funcionário retornar a sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, deverá restituir as diárias recebidas em excesso, em igual prazo.

Art. 61 - A concessão de ajuda de custo não impede a concessão de diária e vice-versa.

SEÇÃO IV

DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 62 - Além dos vencimentos e das vantagens previstas nesta lei, serão deferidas aos funcionários as seguintes gratificações e adicionais:

I – Gratificações de função;

II – Gratificação natalina;

III – Adicional por tempo de serviço;

IV – Adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

V – Adicionais pela prestação de serviço extraordinário;

VI – Adicional noturno;

VII – Abono familiar.

SUBSEÇÃO I

DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Art. 63 – Ao funcionário investido em função de chefia e devida uma gratificação pelo exercício.

Parágrafo Único – Os percentuais da gratificação serão estabelecidos em lei.

Art. 64 – A Lei Municipal estabelecerá o valor da remuneração dos cargos em comissão e das gratificações previstas no artigo anterior.

Art. 65 – O exercício de função gratificada ou de cargo em comissão só assegurará o direito ao servidor durante o período em que estiver exercendo o cargo ou a função.

Parágrafo Único – Afastando-se do cargo em comissão ou da função gratificada o servidor perderá a respectiva remuneração.

SUBSEÇÃO II

DA GRATIFICAÇÃO NATALINA

Art. 66 – A gratificação de natal será paga, anualmente, a todo funcionário municipal, independentemente da remuneração a que fizer jus.

§ 1º. – A gratificação de Natal corresponderá a 1/12 (um doze avos), por mês de efetivo exercício, da remuneração devida em dezembro do ano correspondente.

§ 2º. – A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de exercício será tomada com mês integral, para efeito do parágrafo anterior.

§ 3º. – A gratificação de natal será calculada tomando-se por base o vencimento do servidor, incluindo-se as vantagens, exceto no caso de cargo em comissão, quando a gratificação de natal será paga tomando-se por base a remuneração desse cargo.

§ 4º. – A gratificação de natal será estendida aos inativos e pensionistas, com base nos proventos que perceberem na data do pagamento daquela.

§ 5º. – A gratificação de Natal poderá ser paga em 02 (duas) parcelas, a primeira até o dia 30 (trinta) de junho e a segunda até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano.

§ 6º. – O pagamento de cada parcela se fará com base na remuneração do mês em que ocorrer o pagamento.

§ 7º. – A segunda parcela será calculada com base na remuneração em vigor no mês de dezembro, abatida a importância da primeira parcela, pelo valor pago.

Art. 67 - Caso o funcionário deixe o serviço Público Municipal, a gratificação de Natal, ser-lhe-á paga proporcionalmente ao número de meses de exercício no ano, com base na remuneração do mês em que ocorrer a exoneração ou demissão.

SUBSEÇÃO III

DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 68 – Por quinquênio de efetivo exercício no serviço público, dá ao servidor o direito ao adicional de 10% (dez por cento)

sobre seu vencimento que a este se incorporará para efeito de aposentadoria, não se concedendo este direito ao servidor que tiver gozado de licença referida no Inciso VII, do art. 79, ou tenha sido enquadrado nos dispostos das alíneas “b” e “c” do inciso II, do art. 99, na forma da Lei.

§ 1º. – O adicional é devido a partir do dia imediato àquele em que o funcionário completar o tempo de serviço exigido.

§ 2º. – O funcionário que exercer cumulativamente, mais de um cargo, terá o direito ao adicional calculado sobre o vencimento de maior monta, obedecido o disposto no inciso XVI, do art. 37 da Constituição Federal.

§ 3º. – O adicional de que trata esse artigo, incorporar-se-á aos vencimentos para todos os efeitos e será paga juntamente com eles ou com remuneração.

SUBSEÇÃO IV

DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE OU PENOSIDADE

Art. 69 – Os funcionários que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias

tóxicas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 1º. – O funcionário que fizer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade deverá optar por um deles, não sendo acumuláveis estas vantagens.

§ 2º. – O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 70 – Haverá permanente controle da atividade de funcionário em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo Único – A funcionária gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não perigoso.

Art. 71 – Na concessão dos adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade serão observadas as situações específicas na legislação federal.

Parágrafo Único – Os locais de trabalho e os funcionários que operam com raios X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

SUBSEÇÃO V

DO ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 72 – O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50 % (cinquenta por cento) em relação a hora normal de trabalho.

Art. 73 – Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 02 (duas) horas diárias, podendo ser prorrogado por igual período, se o interesse público exigir, conforme se dispuser em regulamento.

§ 1º. – O serviço extraordinário previsto neste artigo será precedido de autorização da chefia imediata que justificará o fato.

§ 2º. – O serviço extraordinário realizado no horário previsto no art. 75, será acrescido no percentual relativo ao serviço noturno em função de cada hora extra.

SUBSEÇÃO VI

DO ADICIONAL NOTURNO

Art. 74 – O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor/hora acrescido de mais 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

Parágrafo Único – Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre o valor da hora normal de trabalho acrescido do respectivo percentual de extraordinário.

SUBSEÇÃO VII

DO ABONO FAMILIAR

Art. 75 – Será concedido abono familiar ao funcionário ativo ou inativo:

I – A esposa ou esposo;

II – Por filho menor de 18(dezoito) anos que não exerça atividades remunerada e nem tenha renda própria;

III - Por filho inválido ou mentalmente incapaz, sem renda própria.

§ 1º. – Compreende-se, neste artigo, o filho de qualquer condição, o enteado, o adotivo e o menor que, mediante autorização judicial, estiver sob a guarda e o sustento do funcionário.

§ 2º. – Para efeito deste artigo, considerara-se renda própria ou atividade remuneração o recebimento de importância igual ou superior ao valor de referência vigente no Município.

§ 3º. – Quando o pai e mãe forem funcionários municipais ativos ou inativos, o abono familiar será concedido a ambos.

§ 4º. – Ao pai e a mãe equiparam-se, desde que legalmente, o padrasto e a madrasta, e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 76 – Ocorrendo o falecimento do funcionário, o abono familiar continuará a ser pago a seus beneficiários por intermédio da pessoa em cuja guarda se encontrem, enquanto fizerem jus a concessão.

§ 1º. – Com o falecimento do funcionário e a falta do responsável pelo recebimento do abono familiar, será assegurado ao beneficiários o direito a sua percepção, enquanto assim fizerem jus.

§ 2º. – Passará a ser efetuado ao cônjuge sobrevivente o pagamento do abono familiar correspondente ao beneficiário que vivia sob a guarda e sustento do funcionário falecido, desde que aquele consiga autorização judicial para mantê-lo e ser seu responsável.

§ 3º. – Caso o funcionário não haja requerido o abono familiar relativo a seus dependentes, o requerimento poderá ser feito após sua morte pela pessoa cuja guarda e sustento se encontrem, operando seus efeitos a partir da data do pedido.

§ 4º. – O valor do abono familiar será igual a 5% (cinco por cento) do salário mínimo, devendo ser pago a partir da data em que for protocolado o requerimento com os documentos necessários à concessão dos benefícios.

§ 5º. – O custeio do abono familiar pago aos servidores do Município, será feito mediante o sistema de compensação das contribuições descontadas em folha para a Presidência dos servidores.

§ 6º. – O responsável pelo recebimento do abono familiar deverá apresentar, no mês de julho de cada ano, declaração de vida e residência dos dependentes, sob pena de ter suspenso o pagamento da vantagem.

§ 7º. – O abono familiar concedido, até a data da publicação desta Lei, continuará a ser calculado nas condições estabelecidas pela legislação anterior.

Art. 77 – Nenhum desconto incidirá sobre o abono familiar, nem este servirá de base a qualquer contribuição, ainda que para fins de previdência social.

Art. 78 – Todo aquele que, por ação ou omissão, der causa a pagamento indevido de abono familiar ficará obrigado a sua restituição, sem prejuízo das demais cominações legais.

CAPÍTULO IV

DAS LICENÇAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 79 – Conceder-se-á ao funcionário licença:

I – Para tratamento de saúde;

II – A gestante, a adotante e a paternidade;

III – Por acidente em serviço;

IV – Por motivo de doença em pessoa da família;

V – Para serviço militar;

VI – Para atividade política;

VII – Para tratar de interesses particulares;

VIII – Prêmio.

§ 1º. – A licença prevista no inciso IV, será precedida de atestado ou exame médico e comprovação do parentesco.

§ 2º. – O funcionário não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos dos incisos II e V.

§ 3º. – É vedado o exercício de atividade remunerada, durante o período da licença prevista no inciso II deste artigo.

Art. 80 – A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

SEÇÃO II

DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 81 – Será concedida ao funcionário licença para tratamento de saúde, a pedido ou ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

Art. 82 – Para licença até 15 (quinze) dias, a inspeção será feita por médico indicado pelo órgão de pessoal, e, se por prazo superior, por junta médica oficial.

§ 1º. – Sempre que necessária, a inspeção médica será realizada na residência de funcionário, ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.

§ 2º. – Inexistindo médico do órgão ou entidade no local onde se encontrar o funcionário, será aceito atestado passado por médico particular, que deverá ser homologado por médico do Município.

Art. 83 – Findo o prazo da licença, o funcionário será submetido a nova inspeção médica, que concluíra pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Art. 84 – O atestado e o laudo da junta médica não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratarem de lesões produzidas por acidentes em serviço, doença profissional ou quaisquer das doenças especificadas no art. 52, inciso I.

Art. 85 – O funcionário que apresente indícios de lesões orgânicas ou funcionais será submetido a inspeção médica.

SEÇÃO III

DA LICENÇA A GESTANTE, A ADOTANTE E DA

LICENÇA PATERNIDADE

Art. 86 – Será concedida licença a funcionária gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º. – A licença poderá ter início no primeiro dia do 9º. (nono) mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º. – No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º. – No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a funcionária será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º. – No caso de aborto, atestado por médico oficial, a funcionária terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 87 – Pelo nascimento do filho, o funcionário terá direito a licença paternidade remunerada, nos termos fixados em Lei.

Art. 88 – Para amamentar o próprio filho, até a idade de 6 (seis) meses, a funcionária terá direito, durante a jornada de trabalho, a 1 (uma) hora, que poderá ser parcelada em (dois) períodos de meia hora.

Art. 89 – A funcionária que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada, para ajustamento do adotado ao novo lar.

Parágrafo Único – No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 01 (um) ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de 30 (trinta) dias.

SEÇÃO IV

DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇOS

Art. 90 – Será licenciado, com remuneração integral, o funcionário acidentado em serviço.

Art. 91 – Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo funcionário e que relacione imediato ou imediatamente com as atribuições do cargo exercido, devendo o fato, para fins de direito, ser comunicado ao Departamento de Pessoal, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

Parágrafo Único – Equipa-se ao acidente em serviço o dano:

I – Decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo funcionário no exercício do cargo;

II – Sofrido no percurso de residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 92 – O funcionário acidentado em serviço, que necessite de tratamento especializado comprovado por junta médica, poderá ser tratado em instituição privada, a custa de recursos públicos, desde que seja a instituição com o Município e obedecidas as cláusulas do convênio.

Parágrafo Único – O tratamento recomendado por junta médica oficial constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexisterem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 93 – A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

SEÇÃO V

DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOAS

DA FAMÍLIA

Art. 94 – Poderá ser concedida a licença ao funcionário por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, ascendente ou descendente até o primeiro grau de parentesco, padastro ou madastra, mediante comprovação médica.

§ 1º. – A licença somente será deferida se a assistência direta do funcionário for indispensável e não puder ser prestado simultaneamente com exercício do cargo, o que deverá ser apurado, através de acompanhamento social.

§ 2º. – A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogada por igual período, mediante parecer de junta médica, e, excedendo estes prazos, será sem remuneração.

§ 3º. – A licença prevista neste artigo só será concedida se não houver prejuízo para serviço público.

SEÇÃO VI

DA LICENÇA PARA SERVIÇO MILITAR

Art. 95 – Ao funcionário convocado para o serviço militar será concedida licença a vida de documento oficial.

§ 1º. – Do vencimento do funcionário será descontada a importância percebida na qualidade de incorporado, salvo se tiver havido opção pelas vantagens do serviço militar.

§ 2º. – Ao funcionário desincorporado será concedido prazo não excedente a 07 (sete) dias para reassumir o exercício sem perda do vencimento.

SEÇÃO VI

DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

Art. 96 – O funcionário candidato a cargo efetivo, escolhido em convenção partidária, terá direito a tratar do registro de sua candidatura perante a justiça Eleitoral.

§ 1º. – A partir do registro da candidatura e até o dia final das apurações da eleição a que tiver concorrido, o funcionário fará jus a licença, sem prejuízo da sua remuneração, mediante comunicação por escrito, do afastamento.

§ 2º. – O disposto no parágrafo anterior não se aplica ao ocupante de cargo em comissão.

SEÇÃO VIII

DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE

PARTICULARES

Art. 97 – A critério da Administração, poderá ser concedida ao funcionário estável licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos sem remuneração.

§ 1º. – A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo a pedido do funcionário ou no interesse do serviço.

§ 2º. – Não se concederá nova licença antes de decorridos 02 (dois) anos do término da anterior.

Art. 98 – Ao funcionário ocupante de cargo em comissão, não se concederá a licença de que trata o artigo anterior.

SEÇÃO IX

DAS FÉRIAS – PRÊMIO

Art. 99 – Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o funcionário efetivo fará jus a 45 (quarenta e cinco) dias corridos de férias-prêmio, com a remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo Único – Não se concederá férias-prêmio ao funcionário que, no período aquisitivo:

- I – Sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
- II – Afastar-se do cargo em virtude de:

a – Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;

b – Licença para tratar de interesse particular;

c – Condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva.

Parágrafo Único – As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão das férias prevista neste artigo na proporção de 01 (um) mês para cada falta.

Art. 100 – O número de funcionários em gozo simultâneo de férias-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

CAPÍTULO V

DAS FÉRIAS

Art. 101 – O funcionário gozará, obrigatoriamente, 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, concedidas de acordo com a escola organizada pela chefia imediata.

§ 1º. – A escola de férias poderá ser alterada por autorização, ouvido o chefe imediato do funcionário.

§ 2º. – As férias serão reduzidas a 20 (vinte) dias quando o funcionário contar, no período aquisitivo, com mais de 09 (nove) faltas, não justificadas, ao trabalho.

§ 3º. – Somente depois de 12 (doze) meses de exercício o funcionário terá direito a férias.

§ 4º. – Durante as férias, o funcionário terá direito, além do vencimento, a todas as vantagens que percebia no momento em que passou a usufruí-las.

§ 5º. – Será permitida a conversão de 1/3 (um terço) das férias em dinheiro, mediante requerimento do funcionário apresentado 30 (trinta) dias antes do seu início, vedada qualquer outra hipótese de conversão em dinheiro.

Art. 102 – É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de 02 (dois) períodos atestada a necessidade pelos chefes imediatos do funcionário.

Art. 103 – Perderá o direito a férias o funcionário que, no período aquisitivo, houver gozado da licença a que se refere o inciso VII do art. 79.

Art. 104 – No cálculo do abono pecuniário não será considerado o valor do adicional de férias, previsto no art. 106.

Art. 105 – O funcionário que operar direta e permanente com raios X ou substâncias radioativas gozará, obrigatoriamente,

20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividades profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

Parágrafo Único – O funcionário referido neste artigo não fará jus ao abono pecuniário de que trata o artigo anterior.

Art. 106 – Independentemente de solicitação, será pago ao funcionário, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias.

Parágrafo Único – No caso do funcionário exercer função de gratificação ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Art. 107 – O funcionário em regime de acumulação lícita perceberá o adicional calculado sobre a remuneração dos cargos, cujo período aquisitivo lhe garanta o gozo das férias.

Parágrafo Único – O adicional de férias será devido em função do cargo de maior monta exercido pelo servidor.

CAPÍTULO VI

DAS CONCESSÕES

Art. 108 – Sem qualquer prejuízo, poderá o funcionário ausentar-se do serviço:

I – Por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II – Por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;

III – Por 7 (sete) dias consecutivos em razão de:

a – Casamento;

b – Falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madastra, ou padastro, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art. 109 – Poderá ser concedido horário especial ao funcionário estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste artigo será exigido a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

Art. 110 – O funcionário poderá ser cedido mediante requisição para exercer função em outro órgão ou entidade dos Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecido o disposto na Lei Orgânica do Município.

Art. 111 – O funcionário estável, poderá ausentar-se do município para freqüentar cursos extracurriculares, desde que para aprimoramento de exercício das funções e autorizado pelo titular da Secretaria a que estiver subordinado.

Parágrafo Único – A ausência de que trata este artigo não excederá de 04 (quatro) meses e findo o período, somente decorrido

outro, será permitida nova ausência, ou licença para tratar de interesse particular.

CAPÍTULO VII

DO EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO

Art. 112 – ao funcionário municipal investido em mandato eletivo, aplicam-se as disposições previstas na Constituição da República.

Parágrafo Único – O funcionário investido em mandato eletivo municipal é inamovível de ofício pelo tempo de duração de seu mandato.

CAPÍTULO VIII

DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 113 – A assistência a saúde do funcionário ativo ou inativo e de seus dependentes, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, prestada pelo sistema Único de Saúde SUS, ou por Previdência própria ou conveniada com o Município.

Parágrafo Único – Por qualquer que seja a entidade conveniada prestadora dos serviços de saúde ao funcionário e aos seus dependentes, referidos neste artigo, se for com ônus para o Município, o funcionário, pagará 25% (vinte e cinco por cento) dos valores cobrados, sendo este percentual debitado em sua conta salário.

CAPÍTULO IX

DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 114 – É assegurado ao funcionário requerer aos Poderes Públicos em defesa do direito ou de interesse legítimo.

Art. 115 – O requerimento será dirigido a autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 116 – Cabe pedido de reconsideração a autoridade que houver expedido o ato proferido a primeira decisão, não podendo o ato proferido.

Parágrafo Único – O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididas dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 117 – Caberá recurso:

I – Do indeferimento do pedido de reconsideração;

II – Das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º. – O recurso será dirigido a autoridade imediatamente superior a que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, as demais autoridades.

§ 2º. – O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 118 – O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso e de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou da ciência pelo interessado da decisão recorrida.

Art. 119 – O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo a juízo da autoridade competente.

Parágrafo Único – em caso de provimento do pedido de reconsideração ou de recurso, os efeitos da decisão retroagirão a data do ato impugnado.

Art. 120 – O direito de requerer prescreve:

I – Em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cessação de aposentadoria ou disponibilidade ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II – Em 60 (sessenta) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo Único – O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 121 – O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Parágrafo Único – Interrompido a prescrição, o prazo recomeçará a correr pelo restante, no dia em que cessar a interrupção.

Art. 122 – A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração.

Art. 123 – Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao funcionário ou a procurador por ele constituído.

Art. 124 – A Administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando elevados de ilegalidade.

Art. 125 – São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

TÍTULO III

DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DOS DEVERES

Art. 126 – São deveres do funcionário:

I – Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II – Ser leal as instituições a que servir;

III – Observar as normas legais e regulamentares;

IV – Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestadamente ilegais;

V – Atender com presteza.

a – Ao público em geral prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.

b – A expedição de certidão requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal.

c – As requisições para a defesa da Fazenda Pública.

VI – Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII – Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;

VIII – Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX – Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X – Ser assíduo e pontual ao serviço;

XI – Tratar com urbanidade as pessoas;

XII – Representar contra a ilegalidade ou abuso de poder.

Parágrafo Único – A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior aquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado o direito de defesa.

SEÇÃO I

DAS PROIBIÇÕES

Art. 127 – Ao funcionário é proibido:

I – Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do Chefe imediato.

II – Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

III – Recusar fé a documentos públicos.

IV – Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviços.

V – Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso as autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado.

VI – Cometer a pessoa estranha a repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.

VII – Manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até o seguinte grau civil.

VIII – Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.

IX – Participar de gerência ou de administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transação for precedida de licitação.

X – Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistências de parentes até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro.

XI – Praticar usuras sob qualquer de suas formas.

XII – Proceder de forma desidiosa.

XIII – Receber propina, comissão, presentes ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.

XIV – Utilizar pessoal ou recursos materiais de repartições em serviços ou atividades particulares.

XV – Cometer a outro funcionário atribuições estranhas as do cargo que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência.

XVI – Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XVII – Assinar ponto ou bater cartão, sob qualquer pretexto, para outro servidor com o fito de firmar a presença do servidor ausente ao trabalho.

SEÇÃO II

DA ACUMULAÇÃO

Art. 128 – Ressalvadas os casos previstos na Constituição da República, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º. – A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações e empresas públicas,

sociedades de economia mista da união, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º. – A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada a comprovação da compatibilidade de horários.

Art. 129 – O funcionário não poderá exercer mais de um cargo em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 130 – O funcionário vinculado ao regime desta Lei, que acumular lícitamente 2 (dois) cargos de carreira, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

§ 1º. – O afastamento previsto neste artigo ocorrerá apenas em relação a um dos cargos se houver compatibilidade de horários.

§ 2º. – O funcionário que se afastar de um dos cargos que ocupa poderá optar pela remuneração deste ou pela do cargo em comissão.

SEÇÃO III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 131 – O funcionário responde, civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 132 – A responsabilidade Civil decorre de ato omissivo doloroso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros.

§ 1º. – A indenização de prejuízo dolosamente causado ao Erário somente será liquida em forma prevista no art. 49 na falta de outros bens que assegurem a execução de débito pela via judicial.

§ 2º. – Tratando-se de dano causado a terceiros responderá o funcionário perante a Fazenda Pública em ação regressiva.

§ 3º. – A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada até o limite do valor da herança recebida.

Art. 133 – A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário, nessa qualidade.

Art. 134 – A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 135 – As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se sendo independentes entre si.

Art. 136 – A responsabilidade civil ou administrativa do funcionário será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

SEÇÃO IV

DAS PENALIDADES

Art. 137 – São penalidades disciplinares:

I – Advertência;

II – Suspensão;

III – Demissão;

IV – Extinção de aposentadoria ou disponibilidade;

V – Destituição de cargo em comissão.

Art. 138 – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuadas e os antecedentes funcionais.

Art. 139 – A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 127, inciso I a IX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 140 – A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com a advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

§ 1º. – Será punido com suspensão de até 15 dias o funcionário que injustificadamente recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessado os efeitos de penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2º. – Quando houver conveniência para exercício a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, ficando o funcionário obrigado a permanecer em serviço.

Art. 141 – As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o funcionário não houver, nesse período, praticando nova infração disciplinar.

Parágrafo Único – O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 142 – A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I – Crime contra a Administração Pública;
- II – Abandono de cargo;
- III – Inassiduidade habitual;
- IV – Improbidade administrativa
- V – Incontinência pública e conduta escandalosa;
- VI – Insubordinação grave em serviço;

VII – Ofensa física, em serviço, a funcionário ou particular, salvo em legítima defesa de outrem;

VIII – Aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX – Revelação de segredo apropriado em razão do cargo;

X – Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

XI – Corrupção;

XII – Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII – Transgressão do art. 127, incisos X a XVII.

Art. 143 – Verificada, em processo disciplinar, acumulação proibida e provada a boa fé, o funcionário optará por um dos cargos.

§ 1º. – Provada a má fé, perderá também o cargo que exercia a mais tempo e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

§ 2º. – Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos, emprego ou função exercido em outro órgão ou entidade a demissão lhe será comunicada.

Art. 144 – Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado na atividade falta punível com a demissão.

Art. 145 – A exoneração de cargo em comissão de não ocupante de cargo efetivo será nos casos de infração sujeita as penalidade de suspensão e de demissão.

Art. 146 – A demissão ou a destituição de cargo em comissão nos casos dos incisos IV, VIII e X do art. 142, implica a indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao Erário sem prejuízo de ação penal cabível.

Art. 147 – A demissão ou a destituição de cargo em comissão por infrigência ao art. 127, incisos X e XI, incompatibiliza o ex-funcionário para nova investidura em cargo público pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo Único – Não poderá retornar ao serviço público municipal o funcionário que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infrigência do art. 142, incisos I, V, VIII, X e XI.

Art. 148 – Configura abandono de cargo a ausência intencional do funcionário ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Art. 149 – Entende-se por inassiduidade habitual e falta ao serviço, sem causa justificada por 31 (trinta e um) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

Art. 150 – O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 151 – As penalidades disciplinar serão aplicadas:

I – Pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo dirigente superior de autarquia e fundação quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de funcionário vinculado ao respectivo Poder, órgão ou Entidade;

II – Pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquelas mencionadas no inciso I quando se tratar de suspensão superior a 30 (trinta) dias;

III – Pelo chefe da repartição e outra autoridade, na forma dos respectivos regimentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias;

IV – Pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão de não ocupante de cargo efetivo.

Art. 152 – A ação disciplinar prescreverá:

I – Em 5 (cinco) anos, quando as infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II – Em 2 (dois) anos, quanto a suspensão;

III – Em 180 (cento e oitenta) dias, quanto a advertência.

§ 1º. – O prazo de prescrição começa a decorrer da data em que o fato se tornar conhecido.

§ 2º. – Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se as infrações disciplinares capitulares também como crime.

§ 3º. – A abertura de sindicância ou instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente;

§ 4º. – Interrompido o curso da prescrição, esse recomeçará a correr pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 153 – A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigado a promover a sua apuração

imediate mediante sindicância ou processo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 154 – As denúncias sobre irregularidade serão objeto de apuração desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formulados por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo Único – Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Art. 155 – Da sindicância poderá resultar:

I – Arquivamento do processo;

II – Aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III – Instauração de processo disciplinar.

Art. 156 – Sempre que o ilícito praticado pelo funcionário ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias ou de demissão, extinção de aposentadoria ou disponibilidade, ou ainda destituição de cargo em comissão será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

SEÇÃO II

DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 157 – Como medida cautelar e a fim de que o funcionário não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá ordenar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único – O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

SEÇÃO III

DO PROCESSO DISCIPLINAR

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 158 – O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar as responsabilidades do funcionário por infração praticada

no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação mediata com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 159 – O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 3 (três) funcionários estáveis designados pela autoridade competente que indicará, entre eles, o seu Presidente.

§ 1º. – A comissão terá como Secretário funcionário designado pelo seu Presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 2º. – Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 160 – A comissão de Inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade assegurado o sigilo pelo interesse da Administração.

Art. 161 – O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I – Instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II – Inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;

III – Julgamento.

Art. 162 – O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º. – Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 2º. – As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

SUBSEÇÃO II

DO INQUÉRITO

Art. 163 – O inquérito administrativo será contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos administrativos em direito.

Art. 164 – Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo Único – Na hipótese do relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a

autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente de imediata instrução do processo disciplinar.

Art. 165 – Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimento, acareações, investigações e diligências calúveis objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 166 – É assegurado ao funcionário o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar testemunhas e contraprovas e formular quesitos quando se tratar de prova pericial.

§ 1º. – O Presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º. – Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

Art. 167 – As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expediente pelo Presidente da comissão, devendo a segunda via com o ciente do interessado, ser anexada aos outros.

Parágrafo Único – Se a testemunha for funcionário público, a expedição do mandato será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e da hora marcados para a inquirição.

Art. 168 – O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito a testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º. – As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º. – Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoente a critério do Presidente da Comissão.

Art. 169 – Concluída a inquirição testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos nos arts. 167 e 168.

§ 1º. – No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e, sempre que divergirem em suas declarações sobre ou circunstâncias, será promovida acareação entre eles.

§ 2º. – O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como a inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferem nas perguntas e respostas, facultando-lhe, porém, reinquirí-las, por intermédio do Presidente da comissão.

Art. 170 – Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado a comissão proporá a autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo Único – O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 171 – Tipificada a infração disciplinar será formulada a indicação do funcionário, com a especificação dos fatos e das respectivas provas.

§ 1º. – O indiciado será citado por mandato expedido pelo Presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-lhe vista do processo na repartição.

§ 2º. – Havendo 2 (dois) ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º. – O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º. – No caso de recusa do indiciado em aparecer na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em termo próprio pelo membro da comissão que fez a citação.

Art. 172 – O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar a comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 173 – Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Órgão Oficial do Município e em jornal de grande circulação na localidade, para apresentar defesa.

Parágrafo Único – Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 174 – Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º. – A revelia será declarada por tempo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º. – Para defender o indiciado revel a autoridade instauradora do processo designará um funcionário como defensor ativo de cargo de nível igual ou superior ao do indiciado.

Art. 175 – Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º. – O relatório será sempre conclusivo quanto a inocência ou a responsabilidade do funcionário.

§ 2º. – Reconhecida a responsabilidade do funcionário, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 176 – O processo disciplinar, com o relatório da comissão será remetido a autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

SUBSEÇÃO III

DO JULGAMENTO

Art. 177 – No prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º. – Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo este será encaminhado a autoridade competente que decidirá em igual prazo.

§ 2º. – Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções o julgamento caberá a autoridade competente para a imposição de pena mais grave.

§ 3º. – Se a penalidade prevista for a de demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá as autoridades de que trata o inciso I do art. 151.

Art. 178 – O julgamento se baseará no relatório da comissão salvo quando contrário as provas dos autos.

Parágrafo Único – Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la. ou isentar a penalidade proposta de responsabilidade.

Art. 179 – Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e

ordenação a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

§ 1º. – O julgamento fora do prazo legal não implicará nulidade do processo.

§ 2º. – A autoridade julgadora que der causa a prescrição de que trata o art. 152, § 1º., será responsabilizada na forma desta Lei.

Art. 180 – Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do funcionário.

Art. 181 – Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração de ação penal, ficando um traslado na repartição.

Art. 182 – O funcionário que responde a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo Único – Ocorrida a exoneração de que trata o art. 36, parágrafo único, inciso I, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art. 183 – Serão assegurados transportes e diárias:

I – Ao funcionário convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;

II – Aos membros da comissão e ao Secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão especial para esclarecimento dos fatos.

SUBSEÇÃO IV

DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 184 – O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º. – Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do funcionário, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º. – No caso de incapacidade mental do funcionário, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 185 – No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 186 – A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos ainda não apreciados no processo originário.

Art. 187 – O requerimento de revisão de processo será dirigido no Ministério Público ou autoridade equivalente, que, se autorizá-la, encaminhará o pedido ao dirigente de órgão ou entidade onde se originou a processo disciplinar.

Parágrafo Único – Recebida a petição, o dirigente do órgão ou entidade providenciará a constituição de comissão, na forma prevista do art. 159 desta lei.

Art. 188 – A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo Único – Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 189 – a comissão revisora terá até 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 190 – Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 191 – O julgamento caberá a autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único – O prazo para julgamento será de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 192 – Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do funcionário, exceto em relação a destituição de cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo Único – Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 193 – Consideram-se dependentes do funcionário, além do cônjuge e filhos, quais quer pessoas que vivam as suas expensas e contêm de seu assentamento individual.

Art. 194 – Os instrumentos de procuração utilizados para recebimento de direitos ou vantagens de funcionários municipais terão validade por 12 (doze) meses, devendo ser renovados após findo esse prazo.

Art. 195 – Para todos os efeitos previstos nesta Lei e em leis do Município, os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por médico da Prefeitura ou, na sua falta, por médico credenciado pelo Município.

§ 1º. – Em casos especiais, atendendo a natureza da enfermidade a autoridade municipal poderá designar junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte, obrigatoriamente, o médico do Município ou médico credenciado pela autoridade municipal.

§ 2º. – Os atestados médicos concedidos aos funcionários municipais, quando em tratamento fora do Município, terão sua validade condicionada a ratificação posterior pelo médico do Município.

Art. 196 – Contar-se-á por dias corridos os prazos previstos nesta Lei.

Parágrafo Único – Não se computará no prazo o dia inicial, prorrogando-se para o primeiro dia útil o vencimento que incidir em sábado, domingo ou feriado.

Art. 197 – É vedado ao funcionário servir sob a Chefia imediata de cônjuge ou parente até o 2º. grau, salvo em cargo de livre escolha, não podendo exceder de 02 (dois) o seu número.

Art. 198 – São isentos de taxas, emolumentos ou custas, os requerimentos, certidões e outros papéis que, na esfera administrativa, interessam ao funcionário municipal, ativo ou inativo, nessa qualidade.

Art. 199 – É vedado exigir atestado de ideologia como condição de posse ou exercício em cargo público.

Art. 200 – A presente Lei aplicar-se-á aos funcionários da Câmara Municipal, quando for o caso.

Art. 201 – Poderão ser admitidos, para cargos adequados funcionários de capacidade física reduzida, aplicando-se processos especiais de seleção.

Art. 202 – O dia 28 (vinte e oito) de outubro será consagrado ao funcionário público municipal.

Art. 203 – O horário de trabalho nas repartições municipais será fixado por Decreto do Prefeito Municipal, obedecido o disposto na Lei Orgânica do Município.

Art. 204 – O Prefeito Municipal baixará, por Decreto, os regulamentos necessários a execução da presente lei.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 205 – Ficam submetidos ao regime previsto nesta Lei os servidores estatutários da Administração direta, das autarquias e das fundações públicas municipais.

Art. 206 – O serviço de pessoal dos órgãos e entidades referidas no artigo anterior informará aos servidores admitidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre as vantagens e desvantagens do regime instituído por esta Lei.

§ 1º. – Os servidores de que trata este artigo, quando tiverem sido admitidos por concurso, e desde que optem pelo Regime Estatutário, terão seus empregos transformados em cargos e serão imediatamente efetivados.

§ 2º. – A opção de que trata o parágrafo anterior dar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

§ 3º. – Os servidores não estáveis e não concursados que optarem pelo regime estatutário, instituído nesta lei, serão

enquadrados em quadro em extinção até que sejam aprovados em concurso público para fins de efetivação.

§ 4º. - Os servidores não estáveis e não concursados terão seus empregos extintos instantaneamente ou gradativamente, na medida em que o interesse público exigir, e serão imediatamente exonerados.

§ 5º. – O concurso público previsto no parágrafo 3º. será realizado no prazo máximo de até 06 (seis) meses a contar da data da publicação desta Lei.

§ 6º. – Aos servidores que tiverem seus contratos de trabalho extinto na forma prevista no parágrafo 4º. deste artigo serão assegurados quando da exoneração, todos os direitos previstos na legislação pertinentes.

Art. 207 – Os servidores não estáveis e não concursados poderão se submeter ao concurso público previsto no § 5º. do artigo anterior, aplicando-se-lhes o disposto no § 2º. do mesmo, observado o intertício exigido para fins de estabilidade.

Art. 208 – A procuradoria do Município recorrerá, se assim o caso exigir, até a última instância judicial em processo cuja decisão tenha sido contrário ao interesse do Município inclusive quando decorrentes da instituição do regime instituído por esta lei.

Art. 209 – A Lei Municipal estabelecerá critérios para compatibilização de seus quadros de pessoal ao disposto nesta Lei e a reforma administrativa dela decorrente.

Art. 210 – Considera-se regime de tempo integral o exercício da atividade funcional prestada ao longo de 40 (quarenta) horas semanais, ficando o funcionário proibido de exercer, cumulativamente, outro cargo, função ou atividade particular de caráter empregatício profissional ou público, de qualquer natureza.

Parágrafo Único – Não se compreendem na proibição deste artigo:

I – O exercício em órgão de deliberação coletiva desde que relacionado com o cargo exercido em tempo integral.

II – As atividades que, sem caráter de emprego, se destinam a difusão a aplicação de idéias e conhecimentos excluídas as que impossibilitem ou prejudiquem a execução das tarefas inerentes ao regime de tempo integral;

III – A prestação de assistência não remunerada a outros serviços, visando a aplicação de conhecimentos técnicos ou científicos, quando solicitada através de repartição a que pertence o funcionário.

Art. 211 – O Prefeito Municipal, por Decreto, fixará os cargos que ficam sujeitos ao regime de tempo integral, tendo em vista a essencialidade, complexidade e responsabilidade das respectivas atribuições,

bem como as condições de mercado de trabalho para as atividades correspondentes.

Art. 212 – A Lei Municipal fixará as diretrizes dos planos de carreira para a administração direta, as autarquias e as fundações municipais, de acordo com suas peculiaridades.

Art. 213 – Aos Servidores Estatutários, regidos pelo Estatuto atual e em vigor, ficam assegurados todos os direitos nele contidos.

Art. 214 – Aos Servidores do Magistério é assegurado o direito de instituir seu estatuto próprio, com direitos e deveres pertinentes à classe, exceto aqueles que forem contraditórios aos princípios estabelecidos neste estatuto.

Art. 215 – Fica revogada em seu inteiro teor, a Lei Municipal nº. 16, de 20 de novembro de 1963.

Art. 216 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Caputira – MG, 18 de novembro de 1994.

HORÁCIO CARVALHO DE SOUZA

Prefeito Municipal